

A fabricação do "narcoterrorista latino" e a garantia de hegemonia dos EUA



» NATALIA FINGERMANN
Professora de relações internacionais da ESPM

» RAFAEL IORIS
Professor de história da América Latina da University of Denver

Nem é necessário prestar muita atenção para perceber que o mundo atravessa hoje mudanças históricas. Se, até recentemente, entendíamos estar em um ordenamento global centrado na hegemonia dos EUA, a ascensão econômica e geopolítica chinesa redefine, a cada dia, o peso e a capacidade relativa de cada ator no cenário internacional. Na América Latina, essa mudança tem alterado significativamente as relações entre a região e a Casa Branca.

Desde que Donald Trump assumiu a presidência, observamos uma política externa que aprova o manu militari no hemisfério. Os crescentes ataques às embarcações de cartéis venezuelanos em águas internacionais e o envio de um navio de guerra à Trinidad e Tobago indicam que os EUA devem ir além das operações clássicas da CIA para impor sua vontade regional. No caso da Venezuela, o risco de uma ação militar terrestre intensifica-se gradativamente. Entretanto, ainda hoje Trump não dispõe de apoio da população norte-americana para deslocar-se militarmente ao país. A pesquisa nacional do

YouGov, realizada em setembro de 2025, indica que 16% dos norte-americanos apoiam uma intervenção direta dos EUA no território venezuelano, enquanto 35% aprovam o envio de navios militares.

Com o objetivo de ampliar o apoio às intervenções, Trump tem se valido de uma reativação da narrativa binária, utilizada por George W. Bush nos anos 2000. Lembremos que, após o 11 de Setembro, Bush articulou a imagem do terrorismo internacional como uma ameaça permanente, contra a qual não existiria alternativa a não ser uma ação militar extrema. Mas se a chamada Guerra ao Terror não impactou a América Latina diretamente, com Trump, a narrativa da Guerra às Drogas encontra o seu cerne no nosso continente. Desde fevereiro de 2025, o Departamento de Estado tem incluído cartéis de narcotráfico na lista de Organizações Terroristas Estrangeiras.

Essa alteração no significado dos cartéis de narcotráfico é importante para consolidar o apoio político interno. Judith Butler, em seu livro *Frames of war*, destaca como o primeiro passo para uma guerra não é uma bala ou uma bomba, mas, sim, o enquadramento midiático criado em torno do valor da vida. Ao inserir os cartéis latino-americanos na lista de Organizações Terroristas, os EUA redefine-os como indivíduos situados fora do quadro de valorização da vida, passíveis, portanto, à eliminação sumária — tal como foi visto antes a imagem do terrorista islâmico.

Essa desumanização simbólica fornece “legitimidade” aos ataques do governo Trump nos mares do Caribe, sendo encontrado o paralelo histórico com a política externa George W. Bush na própria fala do secretário

de Guerra do governo, Pete Hegseth, que diz: “Assim como a Al-Qaeda travou guerra contra nossa pátria, esses cartéis estão travando guerra contra nossa fronteira e nosso povo; por isso, não haverá refúgio nem perdão — apenas justiça.”

A lógica maniqueísta que busca justificar a eliminação do oponente fora das regras formais do direito internacional é extremamente perigosa para a estabilidade política da região, inclusive para o Brasil. Sabemos quais foram as consequências que a erosão das normativas multilaterais, o colapso das instâncias diplomáticas regionais e a designação de todos mulcumanos como potenciais terroristas representou ao Oriente Médio no início deste século, e, ao que tudo indica, Trump adota a mesma lógica de política externa para a América Latina.

Se o simbolismo do terror em torno dos narcotraficantes latinos se consolidar da mesma maneira que vimos em relação ao islamismo, é possível que Trump consiga angariar o apoio necessário para invadir a Venezuela, com impactos nefastos, inclusive nos EUA. Pois a guerra às drogas pela fabricação do “narcoterrorista latino” significa também um aumento da estigmatização e perseguição aos imigrantes latinos que residem atualmente nos Estados Unidos.

Para evitar que esse processo de securitização do combate às drogas desumanize populações inteiras e desestabilize ainda mais o continente, é preciso que as lideranças latino-americanas reafirmem a importância da soberania nacional e restabeleçam os mecanismos de solução pacífica regional, resgatando junto à gestão de Donald Trump uma política de “bom vizinho”, ou pelo menos a de um vizinho de caráter menos imperial.



Brasil precisa mostrar na COP30 que biodiversidade também é desenvolvimento



» REGINALDO ARCURI
Presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil

O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta, com mais de 124 mil espécies de fauna e 44 mil espécies de flora distribuídas entre os seis biomas terrestres e os três grandes ecossistemas marinhos. Essa riqueza natural coloca o país em posição estratégica no cenário global e representa um enorme potencial para impulsionar a indústria nacional rumo ao desenvolvimento sustentável.

Na próxima semana, o Brasil estará na vitrine mundial ao ser palco da COP30, em Belém, no coração da Amazônia. Será uma oportunidade rara para o país demonstrar ao mundo que é capaz de unir preservação, desenvolvimento, e promover negócios sustentáveis a partir de sua riqueza natural. Para que isso aconteça, o país precisará fazer valer as leis e políticas que, embora já existam, ainda não conseguem alavancar de fato a bioeconomia nacional.

Desde 2015, o país possui um marco legal moderno para o acesso à biodiversidade. A Lei nº 13.123, conhecida como Novo Marco Legal da Biodiversidade, nasceu com o objetivo de corrigir os entraves que antes desestimulavam o uso desse patrimônio natural pela indústria nacional. O objetivo era oferecer segurança

jurídica, reduzir a burocracia e fomentar pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

A norma também criou o Programa Nacional de Biodiversidade, elaborado para estimular o uso sustentável dos recursos biológicos, a conservação e a repartição justa dos benefícios gerados. Mais recentemente, o governo instituiu a Estratégia Nacional de Bioeconomia, voltada à promoção da bioindustrialização e à integração entre inovação, sustentabilidade e justiça na distribuição dos ganhos oriundos do patrimônio genético.

No entanto, 10 anos após a entrada em vigor da Lei da Biodiversidade, ainda há um longo caminho para que a norma, de fato, funcione da maneira que foi planejada. Em uma década, por exemplo, até onde podemos saber, apenas 13 acordos de repartição de benefícios de natureza não monetária — que englobam transferência de tecnologia, capacitação de pessoal, financiamento de projetos de desenvolvimento — foram efetivamente firmados, enquanto 119 aguardam análise do Ministério do Meio Ambiente. Essa lentidão impede que projetos de conservação, capacitação e desenvolvimento regional saiam do papel.

Além desse cenário de morosidade, o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, criado para canalizar os recursos decorrentes do uso do patrimônio genético, acumula quase R\$ 12 milhões e não tem conseguido captar valores de outras fontes, como doações ou recursos internacionais. Esse é um entrave que contraria o desenho original que previa sua sustentabilidade financeira.

Somando-se a esses desafios está o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), ferramenta essencial para registrar e monitorar o uso da biodiversidade. O instrumento sofre com falhas técnicas e instabilidade de constantes, o que impede a efetiva repartição de benefícios.

Por fim, agravando ainda mais o quadro, estão em discussão revisão de entendimentos consolidados e até atos já formalizados. Esse tipo de movimento gera insegurança jurídica, ameaça a confiança de pesquisadores, comunidades, empresas, e compromete a credibilidade do marco legal instituído.

Como reflexo desse conjunto de entraves, o Brasil, mesmo com seu enorme potencial biotecnológico e diversidade incomparável de espécies, praticamente não aparece entre os grandes produtores de medicamentos baseados na própria biodiversidade. Os 10 fitoterápicos mais vendidos no país não utilizam espécies nativas. Em um mercado global que movimentou US\$ 216,4 bilhões em 2023, o Brasil respondeu por apenas 0,1% desse total. No Sistema Único de Saúde (SUS), entre os fitoterápicos disponíveis, apenas quatro das 12 espécies vêm da flora nacional.

O país tem leis avançadas e riqueza biológica inestimável. Falta transformar essas ferramentas em resultados concretos. A COP30 pode atuar como um ponto de virada. O Brasil deve provar que é capaz de fazer desse grande evento uma estratégia de desenvolvimento, com políticas eficazes, segurança jurídica e uso inteligente da biodiversidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@adabr.com.br

O labirinto do Minotauro digital

É próprio da modernidade criar vocabulários para nomear a novidade e o espanto. Desde o início da Revolução Industrial, cada salto tecnológico obrigou o homem a reinventar as palavras e, com elas, a própria percepção de mundo. Agora, com o advento da inteligência artificial, não é apenas a linguagem que se transforma, é a própria essência da existência humana que parece passar por uma mutação silenciosa — porém, profunda. O termo tec-existencialismo, cunhado pelo futurista Røge Spitz, surge justamente para tentar capturar essa transição, num chamado à reflexão sobre como a tecnologia, especialmente a IA, começa a moldar não apenas o que fazemos, mas o que somos. Spitz alerta que “a tecnologia não é neutra: ela cria realidades e redefine os contornos da existência humana”.

Seu tec-existencialismo nos convida a olhar para a IA não como ferramenta, mas como espelho; um espelho que reflete e, ao mesmo tempo, distorce a nossa humanidade. Trata-se de um alerta contra a complacência: a de aceitar que as máquinas decidam por nós sob o pretexto da conveniência. É o risco de trocarmos a liberdade pelo conforto de uma mente coletiva programada por algoritmos invisíveis. Vivemos, talvez sem perceber, a entrada em um labirinto de alta tecnologia. Nele, cada passo é guiado por dados, sensores, câmeras e inteligências que aprendem com nossos erros e nossos hábitos.

Como o antigo mito do Minotauro, esse labirinto contemporâneo tem um guardião monstruoso, não mais uma criatura mitológica, mas uma rede invisível de códigos, cálculos e algoritmos. Diferentemente do mito grego, não há um fio de Ariadne que nos leve de volta à luz. O filósofo Byung-Chul Han, em *Psicopolítica*, adverte que “o homem contemporâneo acredita ser livre, mas vive em uma prisão de transparência e desempenho”. Na era digital, a submissão não se dá pela força, mas pela sedução dos sistemas inteligentes. Yuval Noah Harari, em *Homo Deus*, prevê que, “quando os algoritmos nos conhecerem melhor do que nós mesmos, o livre-arbítrio deixará de existir como crença coletiva”. Estamos, portanto, diante de um ponto de inflexão histórico: a tecnologia que criamos começa a nos recriar à sua imagem e semelhança. A política, nesse cenário, parece cada vez mais impotente.

Estados e governos, outrora senhores da ordem social, se veem agora dependentes das máquinas e dos sistemas que não compreendem plenamente. A burocracia se digitalizou, o controle social se sofisticou e o poder tornou-se algorítmico. Spitz adverte que, “quando a inteligência artificial começa a intermediar todas as nossas escolhas, a autonomia se torna uma ilusão polida”. A soberania das nações começa a ceder lugar à soberania das corporações tecnológicas, que operam acima das fronteiras e fora do alcance das leis. No campo religioso, a crise não é menor. Como responder à angústia de uma humanidade que já não crê na transcendência, mas confia cegamente na promessa da imortalidade digital? Quando o homem passa a se ver como um conjunto de dados, e não mais como um ser dotado de alma, o sagrado perde espaço para o simulacro da perfeição artificial.

Igrejas, templos e seitas talvez ainda resistam, mas o culto da era moderna é outro: o culto à máquina, ao cálculo, à eficiência. Surge, então, uma inversão simbólica: o Deus ex machina — expressão que, na tragédia clássica, designava a intervenção divina que resolvia o enredo — agora se transforma na própria máquina que assume o papel de deus, decidindo destinos, emoções e valores. O tec-existencialismo, portanto, é o espelho diante do qual precisamos ter coragem de nos olhar. Ele não propõe apenas uma crítica ao avanço tecnológico, mas uma reflexão sobre a erosão daquilo que nos tornava humanos: a dúvida, o erro, a imperfeição.

Hannah Arendt já advertia que “a perda do pensamento é o prelúdio de toda forma de totalitarismo”, e o totalitarismo digital talvez seja o mais sutil de todos: aquele que domina não pela violência, mas pela conveniência. O risco maior não é que as máquinas dominem o mundo, mas que nos convençam de que já não precisamos de alma para viver nele. Em um futuro não muito distante, talvez despertemos para perceber que o labirinto não tem saída. Que o Minotauro já não está fora de nós, mas dentro, integrado ao nosso modo de pensar, sentir e decidir.

A modernidade, que começou prometendo libertar o homem do trabalho e da ignorância, pode terminar aprisionando-o em um cativeiro de luzes e códigos. E, nesse ponto, nem a política, nem o Estado, nem mesmo as religiões terão a chave para abrir as portas do labirinto. O tec-existencialismo, se levado a sério, é um convite à resistência interior. À redescoberta da consciência humana em meio ao ruído digital. Porque se há ainda uma chance de salvação, ela não virá das máquinas, virá do homem que se atrever a desligá-las por um instante e voltar a escutar o próprio silêncio.

» A frase que foi pronunciada

“Para não ser substituído por um robô, não seja um robô”.

Martha Gabriel

Rascunho

» Entrada e saída do Lago Norte foram planejadas por quem não conhece o movimento da região. As faixas de pedestre recém-colocadas são presença de muitos acidentes, prejudicando pedestres e motoristas. Sem sinalização prévia suficiente para prevenir os motoristas de uma parada repentina, a iniciativa deve ser revista e colocada em prática com mais técnica e estratégia.

» História de Brasília

O regime parlamentarista trouxe, também, alteração no sistema escolar. No Colégio D. Bosco, de Brasília, os alunos estão organizados de maneira parlamentarista, e o primeiro ano B já elegeu o seu presidente e o conselho. (Publicada em 11/5/1962)